



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10848 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

**O CENÁRIO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES NA REGIÃO SUL DO PAÍS: UM DEBATE NECESSÁRIO EM CONTEXTOS EMERGENTES**

Jaqueline Gomes Nunes - PPGEDU/UFRGS

**O CENÁRIO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES NA REGIÃO SUL DO PAÍS: UM DEBATE NECESSÁRIO EM CONTEXTOS EMERGENTES**

A formação de professores tem constituído um amplo debate nos últimos anos, principalmente em decorrência da aprovação da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada e a Base Nacional Comum (BNC), a ser contemplada e reorganizada pelas instituições de ensino que ofertam os cursos de licenciatura. Dentre os principais debates desenvolvidos por pesquisadores da área (DOURADO, 2019) e por instâncias participativas científicas, políticas e sindicais, está no modo como essa resolução fere o amplo debate democrático, revogando a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015) – elaborada em um panorama de participação ativa da sociedade e comunidades acadêmicas envolvidas e que aponta para uma perspectiva de valorização dos profissionais da educação.

Dessa forma, ao retomarmos às perspectivas teóricas que compõem a concepção dessa nova política, nos deparamos com uma organização curricular que descaracteriza as identidades locais, não dá autonomia para as instituições de ensino e padroniza a conduta dos educadores na reprodução de conteúdos que dão suporte para a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica – BNCC. A concepção ideológica abordada nesses documentos acaba por reduzir a uma formação aos objetivos, competências e conteúdos previstos na BNCC (BRASIL, 2017). Conforme Dourado (2019), tal concepção se contradiz à construção de currículos interdisciplinares e atuantes para a formação crítica e reflexiva dos sujeitos.

Assim, ao pensarmos os cursos de licenciatura, faz-se necessário ampliarmos o olhar e

o debate para aqueles que traduzem o caráter interdisciplinar em seus pressupostos pedagógicos e que, dado sua emergência, ainda se encontram em construção identitária no contexto educativo. Desse modo, ao tratarmos especificamente das Licenciaturas Interdisciplinares, é importante iniciar tais explanações com os dados fornecidos pelo balanço da democratização e expansão da Educação Superior no país (BRASIL, 2014) para traçarmos o panorama do processo de criação desses cursos.

De acordo com esse documento, as Licenciaturas Interdisciplinares, “são cursos com bases conceituais e epistemológicas que valorizam a construção de novos itinerários formativos”, com uma perspectiva de flexibilização curricular, focada nos múltiplos saberes e interdisciplinaridade que compõem o processo de evolução dos conhecimentos. O documento aponta, ainda, que a formação de professores almejada se dá de modo a favorecer a construção de percursos com um diálogo permanente entre as áreas do conhecimento (BRASIL, 2014, p. 48).

Nesse sentido, partindo da necessidade de compreendermos os impactos das novas orientações curriculares para a formação de professores na construção curricular das licenciaturas, principalmente no contexto emergente das licenciaturas interdisciplinares, o presente estudo configura-se em um mapeamento/levantamento nas bases de dados oficiais, com o objetivo de identificar e caracterizar o panorama desses cursos na região sul do país – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, desde seu ano de criação, as instituições responsáveis pela sua oferta e suas distribuições por área de conhecimento. Além disso, essa análise busca promover um debate reflexivo acerca do contexto político emergente para a consolidação dessas licenciaturas em sua construção identitária, bem como os desafios para a formação interdisciplinar desses professores pós aprovação da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Em função da natureza desta investigação, compreendemos a abordagem da pesquisa pelo viés da pesquisa qualitativa, em sua natureza histórica-bibliográfica e exploratória-investigativa (MINAYO, 2000), na qual realizou-se como ponto de partida um levantamento no cadastro e-MEC – portal regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, que constitui a base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES), independentemente de Sistema de Ensino. Para construção dos dados, optou-se pela busca avançada por cursos de graduação, no grau de licenciatura, nas modalidades presencial e à distância, ofertados por instituições públicas nos estados da região sul do país.

Após a aplicação desses descritores, foram selecionados para análise todos os cursos em atividade, cuja nomenclatura estivesse associada a áreas de conhecimento, bem como licenciaturas organizadas para atender a Educação do Campo e a Educação Indígena. Cabe ressaltar, que tal mapeamento não se utilizou, nessa primeira etapa de análise, de projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), no entanto entendemos que tal investigação se faz necessária para a sequência da pesquisa e caracterização dessas propostas curriculares tão particulares a cada localidade, na qual estão inseridas.

Como resultados obtidos e sistematizados foram encontrados 31 cursos na região Sul (17 no estado do Rio Grande do Sul, 2 em Santa Catarina e 12 no Paraná) que atendem aos descritores da busca avançada. Nesse contexto, foi possível identificar que a região Sul do país apresenta uma linha de tendência e um crescente na criação de cursos a partir do ano de 2008, alcançando seu número máximo no ano de 2014 com o total de 9 cursos criados, sendo 4 no estado do Paraná e 5 no Rio Grande do Sul – estados com maior expressividade comparados ao estado de Santa Catarina. Além disso, a partir do levantamento foi possível perceber uma alta concentração em cursos interdisciplinares que enfocam a área de Ciências da Natureza e Exatas – associados ou não à Educação do Campo e que representam 61% da oferta.

Para compreender o crescente número dessas licenciaturas, e em especial das áreas de Ciências da Natureza e Ciências Exatas, é importante citar que esse dado demonstra a demanda social por um profissional habilitado tanto para o ensino fundamental, quanto para o ensino médio e que seja capaz de articular os diferentes saberes dessa área de conhecimento. Uma das razões que motivaram a criação de novos cursos nessa área de conhecimento, está relacionada com a falta de profissionais habilitados para o exercício dessa função, o que implicou a necessidade de instituir medidas para superar o déficit docente no ensino médio, principalmente nas disciplinas de Química, Física, Matemática e Biologia, registrados pelo Censo Escolar de 2007 –anterior à criação dessas licenciaturas na região, com base na publicação do documento “*Estudo Exploratório do Professor Brasileiro*” (BRASIL, 2009).

Essa tendência também é trazida por outros autores, como Sousa e Beraldo (2009), em análises a partir do Censo Escolar 2007, que demonstram a atuação de professores no ensino médio, nas 3 (três) disciplinas que fazem parte da área de Ciências da Natureza: Física, Biologia e Química. Com os dados desse estudo, é possível perceber um déficit, principalmente das disciplinas de Física e Química, que apresentam, respectivamente, 54,6% e 38,9% de profissionais de outras áreas do conhecimento ministrando a componente curricular.

Nesse sentido, a carência de professores atuantes nessa área de conhecimento, conforme sugerem as autoras Sousa e Beraldo (2009), servem como indicadores para que se tenha uma iniciativa do governo federal com relação às políticas de formação de professores no contexto de expansão da rede federal de ensino. Tais iniciativas se traduzem pela transformação das antigas escolas técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) – instituídos pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), com uma característica interdisciplinar, *multicampi*, voltada ao fortalecimento do contexto local, por meio de ações pautadas nos eixos de pesquisa, ensino e extensão.

Além do surgimento dos Institutos Federais, Santos e Freitas (2014, p. 283) apontam que “o acesso à Educação Superior no Brasil teve um crescimento significativo nos últimos 20 anos, resultante de políticas públicas que possibilitaram a expansão e diversificação de

IES, bem como do número de matrículas já existentes”. Neste caso, a criação de novas instituições, o aumento no número de matrículas, e expansão da rede federal de ensino, está diretamente relacionada ao Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais do Ensino Superior (Reuni).

De acordo com o balanço social “*A democratização e expansão da Educação Superior no país – 2003 a 2014*”, o resultado da expansão também impactou no número de universidades, com um aumento de 45 para 63 instituições, e de novos câmpus, que de 148 passaram a ser 321, de acordo com informações divulgadas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (BRASIL, 2014). Tal emergência do número de instituições, sem dúvida, contribuiu para o avanço da oferta de diferentes cursos de licenciatura, e motiva a criação de novos projetos e propostas curriculares para melhorar a Educação Básica, no país (SCHEIBE; BAZZO, 2013).

Segundo Dourado (2015, p. 304), “a formação de profissionais do magistério da Educação Básica tem se constituído em campo de disputas de concepções, dinâmicas, políticas, currículos” e diferentes estudos têm mostrado a necessidade de se repensar a formação dos profissionais habilitados ao exercício da docência na Educação Básica. Neste caso, a interdisciplinaridade é retomada como ponto chave do debate indo ao encontro de propostas curriculares que tragam tais pressupostos em sua construção identitária.

Sobre essa nova perspectiva de curso, as autoras Gonçalves Pinto e Pinto (2014, p. 6), entendem que, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2015), houve “um aumento no surgimento de cursos que pautam sua organização a partir da interdisciplinaridade”. Esse estudo vai ao encontro do levantamento realizado na região sul do país e que demonstra um crescente na criação das licenciaturas interdisciplinares no cenário político até o ano de 2014, motivados pelas concepções e debates promovidos a partir de deliberações da Conferência Nacional da Educação Básica, Conferência Nacional de Educação 2010/2014 e ao Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 (DOURADO, 2019).

Logo, é preciso atentarmos para o modo como essas instituições vão repensar suas organizações diante de um cenário contraditório, desprovido de debate democrático e que traz encaminhamentos que tem “por foco apenas o saber fazer, o municiamento prático, bem como com concepções que advogam a teoria como o elemento fundante para a formação, ignorando, em muitos casos, a importância da produção e práticas pedagógicas, o estágio supervisionado, dentre outros (DOURADO, 2016, p. 29). Desse modo, faz-se necessário o tensionamento das instâncias de participação social, a fim de acompanhar e debater sobre o modo como os marcos regulatórios do Estado estão influenciando o cenário da Educação Nacional, desde reformas na Educação Básica até a Educação Superior, a fim de buscar encaminhamentos que configurem em políticas educacionais emancipatórias.

Por fim, cabe destacar que esse levantamento inicial nos traz múltiplos

questionamentos sobre a caracterização do cenário das Licenciaturas Interdisciplinares na região sul do país, constituindo um aporte importante para compreendermos o panorama político instaurado, desde suas criações/motivações até os desafios diante das atuais políticas educacionais, especialmente no que diz respeito à aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de Professores e da Base Nacional Comum (BRASIL, 2019). Desse modo, espera-se que a partir da ampliação desse panorama para compor o desenho nacional da oferta desses cursos seja possível dar continuidade ao estudo sobre a construção curricular identitária das instituições de ensino frente aos contextos emergentes para a formação de professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licenciaturas Interdisciplinares. Formação de professores. Diretrizes curriculares nacionais. Construção identitária. Educação Superior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <[rcp002\\_19 \(mec.gov.br\)](#)>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf \(mec.gov.br\)](#)>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <[rcp002\\_15 \(mec.gov.br\)](#)>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. SESU/MEC. **A democratização e expansão da Educação Superior no país. 2003-2014.** Disponível em: <[index.php \(mec.gov.br\)](#)>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

**Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Brasília: Inep, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá Outras Providências. Disponível em: <[L11892 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Entrevista com Luiz Dourado (UFG) sobre propostas de alterações nas Diretrizes 02/2015 para formação de professores. **ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.** 2019. Disponível em: < [Entrevista com Luiz Dourado \(UFG\) sobre propostas de alterações nas Diretrizes 02/2015 para Formação de Professores | ANPEd](#)>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_, Luiz Fernandes. Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e perspectivas. **Comunicação & Educação**, v. I, p. 27-39, 2016.

\_\_\_\_\_, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun., 2015.

GONÇALVES PINTO, Maria das Graças; PINTO, Aline Souza da Luz Gonçalves. Formação inicial de professores: as licenciaturas interdisciplinares. In: X ANPED SUL, 2014. **Anais...** Florianópolis. P. 1-16

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Rita Silvana Santana dos; FREITAS, José Vicente de. Políticas públicas e institucionais para a incorporação dos temas ambiente e sustentabilidade nas instituições de Educação Superior. In: RUSCHEINSKY, Aloísio et al (orgs). **Ambientalização nas Instituições de Educação Superior no Brasil.** São Carlos: EESC/USP, 2014. P. 283-296.

SCHEIBE, Leda; BAZZO, Vera Lúcia. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura no Brasil: da regulamentação aos Projetos Institucionais. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 4, n. 1, p. 15-36, jan./jun. 2013.

SOUSA, Aparecida Gasquez. BERALDO, Tânia Maria. Cursos de licenciatura em Ciências Naturais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: IX Congresso Nacional – EDCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. **Anais...** PUCPR, Paraná. P. 10169-10182